



CÂMARA MUNICIPAL DE
URUGUAIANA
LEGISLATIVO ATUANTE, DEMOCRACIA FORTALECIDA

Ofício n.º 329/2025

Uruguaiana, 09 de junho de 2025.

A Sua Excelência o Senhor Presidente
Vereador Joalcei Alves Gonçalves

Assunto: Ofício nº 328/2025

Senhor Presidente,

Com o devido respeito, ainda que reconheçamos a referência feita no Ofício nº 328/2025 ao artigo 149, alínea “h”, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, é necessário esclarecer que tal dispositivo **não confere poderes para afastar, ainda que por deliberação da maioria, princípios legais como a legalidade, o devido processo legislativo e o cumprimento das fases obrigatórias de tramitação**, como os pareceres das comissões e o respeito aos prazos regimentais.

Esclarecemos o seguinte:

O mecanismo do **destaque** permite, de fato, **antecipar a votação de matéria pronta para deliberação**, mas **não substitui nem elimina a exigência de análise pelas comissões competentes, mesmo sob o regime de urgência urgentíssima**.

O próprio Regimento é claro:

***Art. 122** – Concedida a urgência urgentíssima, o Presidente encaminhará o projeto às Comissões Permanentes para elaboração dos pareceres.
E ainda:*

***§2º** – Quando um projeto tramitar em urgência urgentíssima, as comissões terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis para emitir parecer, ouvido sempre em primeiro lugar a Comissão de Justiça e Redação.*

Assim, o prazo de 5 dias úteis **é o mínimo regimentalmente previsto e não pode ser reduzido por deliberação do Plenário ou por decisão da Presidência**, sob pena de grave violação aos princípios que regem o processo legislativo.

O **desrespeito a essas normas poderá ensejar a impetração imediata de Mandado de Segurança**, provocando o indesejável atraso da tramitação, exatamente o oposto do que se busca com o regime de urgência.

Ressaltamos ainda que entre as atribuições do Presidente encontram-se as funções administrativas de **encaminhar os projetos às comissões e zelar pelo cumprimento dos prazos regimentais**, jamais a de intervir ou suprimir etapas do trâmite.



CÂMARA MUNICIPAL DE
URUGUAIANA
LEGISLATIVO ATUANTE, DEMOCRACIA FORTALECIDA

Portanto, com base no Regimento Interno:

1. O prazo de 5 dias úteis é obrigatório e mínimo para emissão de parecer, mesmo sob urgência urgentíssima;
2. Não é competência da Presidência, tampouco do Plenário, a redução desse prazo ou a supressão dos pareceres das comissões.

Qualquer tentativa nesse sentido será considerada ato ilegal e arbitrário, e receberá a resposta jurídica cabível.

Atenciosamente,

Vereadora Stella Luzardo

Uruguaiana, 06 de Junho de 2025.

Ver. Stella Luzardo Alves
Presidente/Relatora CJR